

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Do Sr. Deputado Rafael Motta)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater sobre cortes orçamentários e atrasos de pagamento do programa “Minha Casa Minha Vida”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no dia 2 de outubro de 2019, destinada a debater sobre **cortes orçamentários e atrasos de pagamento do programa “Minha Casa Minha Vida”**.

Para isso, deverão ser convidados:

- Ministro da Economia, senhor Paulo Guedes;
- Ministro do Desenvolvimento Regional, senhor Gustavo Canuto;
- Presidente da Caixa Econômica Federal, senhor Pedro Duarte Guimarães;
- Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, senhor José Carlos Rodrigues Martins;
- Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi.
- Presidente do Conselho Curador do FGTS, Igor Vilas Boas de Freitas.

JUSTIFICAÇÃO

A manutenção do maior programa habitacional em execução no Brasil, o “Minha Casa Minha Vida”, que completa 10 anos em 2019, está ameaçada. A dívida do Governo Federal com as 512 construtoras contratadas para executarem as obras do programa – cerca de 900 em todo o país – já ultrapassa os R\$ 500 milhões.

Além de representar uma importante ação governamental para a redução do déficit habitacional, que atualmente é de quase oito milhões de moradias, o “Minha Casa Minha Vida” também constitui instrumento valioso para o aquecimento do setor da construção civil e para a geração de empregos: são mais de 200 mil.

Para agravar a situação, os limites orçamentários mensais são insuficientes para suprir as necessidades de pagamento, majorando a dívida já existente e inviabilizando novas contratações. As expectativas para o próximo ano são igualmente ruins, principalmente após o envio da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício 2020 para o Congresso Nacional e do vencimento de portarias consideradas estratégicas para a manutenção do programa, a exemplo da 896/2019.

Apesar da afirmação de que o programa é prioridade para a atual administração, o agravamento da dívida e o anúncio de repasses insuficientes justificam a necessidade de uma audiência pública reunindo os principais atores do “Minha Casa Minha Vida”. Pelo exposto e pelo entendimento de que política habitacional deve ser de Estado e, por isso mesmo, continuada, faz-se necessária a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019.

RAFAEL MOTTA
Deputado Federal PSB/RN